



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA  
Nº 011/2026

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada, na modalidade de **Dispensa de Licitação**, para o fornecimento de materiais esportivos destinados à realização da “Corrida do Trabalhador 2026”, promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itaperuçu.*

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** até o dia 08/05/2026 às 08h:250min.

**DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA:** 08/05/2026

**HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA:** 08h:30min

**DURAÇÃO DA DISPUTA:** 06 (SEIS) HORAS

**LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA:** <http://www.bnc.org.br>

**REFERENCIA DE HORÁRIO:** Horário de Brasília/DF.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**Local de Abertura:** Por meio do endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br> no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico <http://www.bnc.org.br> ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: <http://168.181.69.50:7474/transparencia/licitacoes>.

Itaperuçu, 04 de maio 2026.

**Cristina Suelen de Oliveira Machado**  
Agente de Contratação  
Portaria nº 189/2026



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026

(Processo Administrativo n.º 089/2026)

## LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Art. 2, inciso II do Decreto Municipal nº 001/2023; Decreto Municipal nº 002/2023; e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

### TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Recebimento das propostas: até 08:25 horas do dia 08/05/2026
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 08/05/2026
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
Sistema eletrônico utilizado: Bolsa Nacional de Compras - BNC
Endereço eletrônico do sistema: <a href="http://bnc.org.br/sistema/">http://bnc.org.br/sistema/</a> .
Dados para Contato: 41-3603-1680 – <a href="mailto:licitacao@itaperucu.pr.gov.br">licitacao@itaperucu.pr.gov.br</a>
VALOR MÁXIMO: R\$ 4.850,00 ( quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

A presente **Dispensa Eletrônica de Licitação nº 011/2026**, Processo Administrativo nº 089/2026 e a ratificação da contratação dela decorrente, regem-se pelas normas de caráter geral da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações. Pelas disposições deste Edital e normas que os Licitantes declaram conhecer e sujeitar-se incondicional e irrestritamente.

É importante frisar que é dever da licitante ler todo o Edital, incluindo seus anexos, com a devida atenção e cautela, para não cometer erros e interpretações equivocadas, pois todas as respostas para todas as perguntas já estão no instrumento convocatório.

OBJETO: *Contratação de empresa especializada, na modalidade de **Dispensa de Licitação**, para o fornecimento de materiais esportivos destinados à realização da **"Corrida do Trabalhador 2026"**, promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itaperuçu.*

1.2 *A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Kit de Cronometragem Eletrônica: Sistema completo via transponder (chips) chegada 4 metros .	01 serviço	R\$2.500,00	R\$2.500,00
2	Kit (corrida) Atleta (Numeração e Identificação): Conjunto contendo: 01	600 und.	R\$3,50	R\$ 2.100,00



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

	Número de peito (papel sintético resistente à água), 01 Chip de cronometragem (descartável ou retornável) e 04			
3	Relógio Digital de Cronometragem: Cronômetro de LED de alto brilho, dupla face, com no mínimo 4 dígitos, visível à luz do dia, para controle de tempo bruto dos atletas.	1und.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
<b>VALOR R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).</b>				

1.2. Havendo mais de um lote facultar-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por lote*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica através da plataforma Bolsa Nacional de Compras: [www.bnc.gov.br](http://www.bnc.gov.br), integrante do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) que se enquadrem nas seguintes vedações:

d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens e necessários;

f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

j) se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU plenário).

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição completa do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

3.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

*a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;*

*b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.*

*c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

*d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;*

*e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber.*

*f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

3.10 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.13- O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.14 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **08:30h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado após 06 (seis) horas de duração.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

### 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00 (dez reais).**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração,



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.7 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) *contiver vícios insanáveis;*
- b) *não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;*
- c) *apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;*
- d) *não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;*
- e) *apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou em seus anexos, desde que insanável.*

5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) *for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.*
- b) *apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.*



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

5.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.11 Erros no preenchimento da planilha de proposta de preços não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.15 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado da fase de lances.

**6.2 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA SESSÃO PÚBLICA.**

6.3 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).*

b) *Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));*

c) *Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.*

d) *Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).*

6.4 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas



# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.9 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.10 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos abrangidos no anexo I do presente Edital.

6.11 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do anexo I do presente Edital para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.12 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.17 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.18 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

a) O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.3. Na assinatura do contrato equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) *dar causa à inexecução parcial do contrato;*

b) *dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*

c) *dar causa à inexecução total do contrato;*

d) *deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*

e) *não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*

f) *não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*

g) *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo*



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

*justificado;*

*h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;*

*i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

*j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

8.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

*k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.*

*l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1. a 8.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

*a) a natureza e a gravidade da infração cometida;*

*b) as peculiaridades do caso concreto;*

*c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

*d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;*

*e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conformenormas e orientações dos órgãos de controle.*

8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado na Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC e no Diário Oficial do Município, no sítio Eletrônico da Prefeitura Itaperuçu.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
9.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
9.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;
9.13.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Enquadramento de ME/EPP/MEI;
9.13.6. ANEXO VI – Declaração de pleno conhecimento do objeto
9.13.7. ANEXO VII – Declaração de Cumprimento do art.7º, XXXIII da CF/88
9.13.8. ANEXO VIII – Declaração Inexistência de fato de impeditivo.



# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

9.13.9.ANEXO IX – Declaração de Ausência de Parentesco

Itaperuçu /PR, 04 de maio de 2026.

---

**Cristina Suelen de Oliveira Machado**

*Agente de Contratação*  
*Portaria nº 189/2026*



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

**1. Para habilitação na presente Dispensa Eletrônica será exigida a entrega dos seguintes documentos:**

- a) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa de Débito ou equivalente;
- c) Prova de regularidade relativa a Tributos Federais, Previdenciária e a Dívida Ativa da União (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional); (De acordo com a portaria MF Nº 358 de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443 de 17 de outubro de 2014;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- g) CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 "(NR);
- h) Certidão negativa de falência ou de concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- i) Ato Constitutivo;
- i) Declaração que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (ANEXO VII);
- j) Declaração e inexistência de fato impeditivo para licitar o contatar com a Administração Pública (ANEXO III);
- k) Declaração de enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando Couber (ANEXO IV); m) Declaração de pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais de contratação, constantes do procedimento (ANEXO V);
- l) Declaração de pleno conhecimento do objeto (ANEXO VI);
- m) Declaração que cumpri as exigências previstas no art. 93 da Lei nº 9.213, de 24 de julho de 1991, se couber (ANEXO VII);



# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

o) Declaração de Ausência de Parentesco, conforme (Anexo IX).

## **2. Qualificação Técnica:**

2.1 A empresa licitante deverá apresentar atestado de qualificação técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação.

2.2 A empresa contratada deverá encaminhar catálogo dos produtos junto com proposta atualizada para aprovação prévia do Fiscal do Contrato antes da fabricação/entrega em grande quantidade. A não aprovação ou não apresentação acarretará na inabilitação ou rescisão do contrato.

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DO OBJETO** Contratação de empresa especializada, na modalidade de **Dispensa de Licitação**, para o fornecimento de materiais esportivos destinados à realização da “**Corrida do Trabalhador 2026**”, promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itaperuçu.

**1.1** – Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição dos seguintes itens:

- ✓ 01 (um) Kit de Cronometragem / Chegada com fita de 4 metros;
- ✓ 600 (seiscentos) Kits de Corrida (número de peito + alfinetes);
- ✓ 01 (um) Relógio Dupla Face para cronometragem.

**1.2** – A presente contratação tem por objetivo o fornecimento de materiais necessários à organização técnica, cronometragem e identificação dos participantes da Corrida do Trabalhador 2026.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

**2.1** – A dispensa de licitação se faz necessária para a aquisição dos materiais acima descritos, a fim de possibilitar a realização da Corrida do Trabalhador 2026 que acontecerá com saída da frente da Prefeitura municipal e chegada na frente da Prefeitura Municipal com trajetos de 5 (cinco) e 10 (dez) KM, evento tradicional do município que promove a integração social, a prática de atividade física e a saúde da população.

**2.2** – Os materiais são indispensáveis para a correta cronometragem das provas, marcação de chegada e identificação dos atletas, garantindo segurança, organização e qualidade técnica do evento.

**2.3** – Estudo Preliminar: Acompanha o presente Termo de Referência o Estudo Técnico Preliminar – ETP Nº 004/2026, que demonstra a necessidade e a viabilidade da contratação.

### 3. ABRANGÊNCIA

**3.1** – A contratação tem por finalidade atender exclusivamente a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

### 4. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

Item	Descrição Detalhada do Objeto	Und	Qtd.
1	Kit de Cronometragem Eletrônica: Sistema completo via transponder (chips) chegada 4 metros .	Serv.	1

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

2	Kit (corrida) Atleta (Numeração e Identificação): Conjunto contendo: 01 Número de peito (papel sintético resistente à água), 01 Chip de cronometragem (descartável ou retornável) e 04	Unid.	600
3	Relógio Digital de Cronometragem: Cronômetro de LED de alto brilho, dupla face, com no mínimo 4 dígitos, visível à luz do dia, para controle de tempo bruto dos atletas.	Unid.	1

## 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**5.1** – A empresa licitante deverá apresentar atestado de qualificação técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação.

## 6. DA ENTREGA

**6.1** – Os materiais deverão ser entregues em três dias (03), contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Autorização de Fornecimento.

**6.2** – A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situada no Município de Itaperuçu – PR, em perfeitas condições, novos e de primeira qualidade, conforme especificações deste Termo de Referência.

**6.3** – A empresa contratada deverá encaminhar catálogo dos produtos junto com proposta atualizada para aprovação prévia do Fiscal do Contrato antes da fabricação/entrega em grande quantidade. A não aprovação ou não apresentação acarretará na inabilitação ou rescisão do contrato.

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**7.1** – Os recursos decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	%	VALOR
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	100%	
<b>TOTAL</b>	100%	

## 8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**8.1** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e autorizada

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

**8.2** – A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação das certidões negativas (CND INSS, CRF FGTS, CNDT TST) e demais documentos exigidos por lei.

**8.3** – Nenhum pagamento será realizado enquanto houver pendência por parte da contratada.

## **9. DOS PREÇOS**

**9.1** – Os preços propostos deverão incluir todos os custos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, seguros e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**10.1** – Poderão participar empresas regularmente estabelecidas, cadastradas no sistema eletrônico, que atendam todas as exigências de habilitação e qualificação técnica exigidas.

**10.2** – Aplicam-se as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DAS CONDIÇÕES GERAIS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1** – Fornecer os materiais conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência;

**11.2** – Garantir a qualidade e procedência dos produtos;

**11.3** – Assumir todos os riscos e despesas decorrentes da execução do contrato;

**11.4** – Manter-se em situação regular durante toda a vigência do contrato.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1** – Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

**12.2** – Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais;

**12.3** – Notificar a contratada quanto a eventuais irregularidades;

**12.4** – Aplicar as sanções cabíveis, se necessário.

## **13. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1** – O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, se necessário.

*Prefeitura Municipal de Itaperuçu - CNPJ 95.422846/0001-26*

*Av. Crispim Turquim de Siqueira nº 1800 - Butiá - CEP 83560-000 - Itaperuçu - Paraná*

*Fone/Fax: (41) 3603-1381 - [www.itaperucu.pr.gov.br](http://www.itaperucu.pr.gov.br) - Email: [licitacao@itaperucu.pr.gov.br](mailto:licitacao@itaperucu.pr.gov.br)*

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

**13.2** – O prazo de entrega dos materiais em até três dias (03), contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Autorização de Fornecimento.

## **14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1** – O acompanhamento e fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por meio do Fiscal de Contrato designado.

**14.2** – A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e conformidade dos materiais entregues.

**Lucas Artigas**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026 QUE  
CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU E A  
EMPRESA\_\_\_\_\_.

### CONTRATANTE:

**MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, PARANÁ**, pessoa jurídica de direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 95.422.846/0001-26, com sede administrativa à Av. Crispim Furquim de Siqueira, n.º 1.800, em Itaperuçu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, brasileiro, portador do RG nº 00043295799 e CPF nº 723.663.709-20.

### CONTRATADA:

**EMPRESA**\_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Sr (a). \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado (a) na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro, tel, e-mail, CEP, Cidade/Estado.

As partes acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme Art.75,II firmam de comum acordo o presente contrato decorrente do Processo Administrativo nº **089/2026**, **processo de Dispensa de Licitação nº XXX/2026** já ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, independentemente de transcrição, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

*Contratação de empresa especializada, na modalidade de **Dispensa de Licitação**, para o fornecimento de materiais esportivos destinados à realização da “**Corrida do Trabalhador 2026**”, promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itaperuçu.*

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1. O prazo de execução e vigência do presente Contrato é de 60(sessenta) dias, a contar da assinatura do mesmo.
2. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no Art. 105, da Lei 14.133/2021.
3. Este processo licitatório será regido pela Lei nº 14.133/2021. Toda a execução do contrato, bem como eventuais alterações, supressões, sanções e extinções, serão também regidas pela referida lei. A empresa participante desta licitação deverá ter plena ciência de que está submetida a todas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como prazos e condições de conclusão, entrega, observações e recebimentos definitivo consta no termo de referência, anexo a este contrato, bem como os a seguir descritos.
2. A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do presente contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada.
3. A Administração Pública também se reserva no direito de recusar todo e qualquer produto/serviço que seja considerado inadequado; que não atender as especificações contidas no presente contrato, no Edital de licitação bem como as normas e especificações técnicas.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:**

1. O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R\$ \_\_\_\_\_**, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.
2. O pagamento será feito mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações (requisição de compras), devidamente assinada pelo requisitante e pela Secretária Municipal de Administração, e será efetuado em até **30 (trinta)** dias após o encaminhamento da mesma ao Departamento competente.
3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, homologação, seguros e quaisquer outros elementos que incidam, ou venham a incidir, sobre o objeto licitado.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO:**

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e autorizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
2. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – TST, quando na apresentação da Fatura/Nota Fiscal;
3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.
4. A Secretaria Municipal de Esportes, orienta que **não serão aceitas** notas fiscais sem as devidas informações necessárias, sendo elas: número de empenho, dados bancários (banco, conta corrente ou conta poupança, agência e conta com dígito verificador) se optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá conter a Lei, artigo e item do amparo legal, caso não seja optante pelo SIMPLES

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

NACIONAL, informar o percentual de retenção de I.R. com valor retido. Essa solicitação visa proporcionar o princípio da razoabilidade de ambas as partes envolvidas, agilizando o pagamento e a flexibilidade do cumprimento contratual.

5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

1. As despesas para a satisfação do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10.002	Departamento de Esporte e Lazer
27.812.0008.2045	Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA**

1. Os materiais deverão ser entregues em três dias (03), contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Autorização de Fornecimento.

2 – A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situada no Município de Itaperuçu – PR, em perfeitas condições, novos e de primeira qualidade, conforme especificações deste Termo de Referência.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

1. Fornecer os materiais conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência;

2 – Garantir a qualidade e procedência dos produtos;

3 – Assumir todos os riscos e despesas decorrentes da execução do contrato;

4 – Manter-se em situação regular durante toda a vigência do contrato.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

2 – Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais;

3 – Notificar a contratada quanto a eventuais irregularidades;

4 – Aplicar as sanções cabíveis, se necessário.

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

1.O acompanhamento e a fiscalização do contrato em questão, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Esportes, que será responsável pela verificação de qualidade, especificações e demais conformidades constantes neste Termo de Referência, do edital e do contrato.

2.A Secretaria Municipal de Esportes, fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento está sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento do objeto que, não for considerado satisfatório e determinar à contratada, a substituição ou correção de irregularidades imediatamente.

3. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até meso perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos na Lei nº 14.133/21, com suas alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:**

1. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses legais de admissibilidade de reajuste, com periodicidade mínima de 01 (um) ano utilizando para tal o Índice de Preços do Mercado (IPCA), publicado pelo IBGE. Obs.: considerar até a 3ª (terceira) casa após a vírgula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** o reajuste incidirá após o prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta, mediante requerimento do contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS SANÇÕES, DO PROCESSO E FORMA DE APLICAÇÃO:**

1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

*a)dar causa à inexecução parcial do contrato;*

*b)dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*

*c)dar causa à inexecução total do contrato;*

*d)deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*

*e)não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*

*f)não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*

*g)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

*h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;*

*i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

*j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

*k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.*

*l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

*e) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*

*f) Multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;*

*g) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*

*h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1. a 8.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;*

4. Na aplicação das sanções serão considerados:

*m) a natureza e a gravidade da infração cometida;*

*n) as peculiaridades do caso concreto;*

*o) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

*p) os danos que dela provierem para a Administração Pública;*

*q) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conformenormas e orientações dos órgãos de controle.*

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

5. Ficam fazendo parte integrante do presente Contrato o Edital de licitação e seus Anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

6. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o Foro da Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

7. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **DISPENSA Nº. XXX/2026**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Itaperuçu, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**EDILSON RUIZ DE FREITAS**  
Prefeito

**EMPRESA CONTRATADA**  
Empresa Contratada

**SECRETÁRIO (A)**

**FISCAL DE CONTRATO**

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE. (identificar seu enquadramento).

MICROEMPRESA (ME);

EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);

**Ao Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaperuçu/PR.  
Com referência ao Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/2026.**

A Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, fone de contato ( ) \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu sócio, \_\_\_\_\_, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade/RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do Contrato Social, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, bem como não incorre em quaisquer dos impedimentos previstos no § 4º do mesmo artigo, da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, estando enquadrada como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 45 da referida Lei.

Local, de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Representante Legal / Procurador

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Contador da empresa

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

(razão social da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a)  
Sr(a). \_\_\_\_\_ (representante da empresa e qualificação do  
mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a)  
de CI/RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as  
penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto da Dispensa  
Eletrônica nº xx/2026, e concorda com todas as exigências contidas no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(nome da empresa)

(nome do Representante legal)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa  
proponente e carimbada com o número do CNPJ.

# *Prefeitura Municipal de Itaperuçu*

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 95.422846/0001-26**

## **ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO art 7º, XXXIII da CF/88**

**DISPENSA ELETRÔNICA N° \_\_/\_\_\_\_.**

Declaramos, sob as penas da lei, que nossa empresa nao contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artiga 7º da Constituição federal de 1998.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(nome da empresa)  
(nome do Representante legal)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO VIII

DISPENSA ELETRÔNICA Nº \_\_/\_\_\_\_.

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO

Nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_ ( endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a  
presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatória, ciente  
da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

\_\_\_\_\_

(nome da empresa)

(nome do Representante legal)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ANEXO IX

DISPENSA ELETRÔNICA Nº \_\_\_/\_\_\_\_.

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE PARENTESCO

Ao Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaperuçu/PR.

Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, fone de contato ( ) \_\_\_\_\_, **DECLARA** para os devidos fins que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato, (nome do representante), RG n.º e CPF/MF n.º, não são servidores do Município de Itaperuçu/PR, cônjuge ou companheiro (a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor (a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, agente de contratação ou atividade ligada à contratação.

Local, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura

Representante Legal / Procurador